

31 MAI 1984

As responsabilidades dos "grandes"

dura e lenta

A posição do *Washington Post* acerca da nota conjunta expedida por Brasil, México, Argentina e Colômbia relativamente ao peso que as taxas de juro norte-americanas representam para suas economias tem grande importância nesse intrincado processo em que se transformou o pagamento da dívida externa do Terceiro Mundo. Não só pelo prestígio do jornal perante a opinião pública norte-americana, mas também pelo conteúdo do editorial que toca na tecla em que governantes sérios dos países devedores têm insistido: não haverá solução para os problemas da dívida enquanto toda a economia mundial estiver subordinada às flutuações das taxas de juro no mercado norte-americano.

É evidente que o déficit do setor público nos Estados Unidos é o responsável pela alta das taxas de juro internas — da mesma maneira, aliás, que o déficit do setor público brasileiro provoca a elevação de nossas taxas de juro. A diferença entre os dois casos é que o déficit público brasileiro, elevando as taxas de juro,

restringe nosso desenvolvimento interno; o déficit norte-americano contribui para destruir as economias dos países do Terceiro Mundo, ou dos governos devedores, e até dos próprios países industrializados.

Um dos fatores que têm merecido pouca atenção nessa discussão em torno da dívida do Terceiro Mundo é o efeito perverso das taxas de juro norte-americanas sobre a recuperação da economia dos países industrializados: sendo as taxas altas, os capitais — que em outra situação poderiam ser aplicados em países da Europa, no Japão ou na América Latina — dirigem-se aos Estados Unidos, onde podem entrar e sair sem nenhum percalço burocrático, e na maioria dos casos lá são aplicados em títulos da dívida pública. Em outros termos, os rendeiros que proliferam no Brasil também começam a aparecer na cena internacional, comprometendo toda a recuperação econômica mundial.

Talvez o *Washington Post* tenha cometido injustiça com Reagan ao

dizer que não se preocupa em reduzir o déficit do setor público; mais correto seria afirmar que o ano eleitoral prejudica qualquer esforço de contenção e que os encargos da defesa, na corrida armamentista, impedem uma justa administração do déficit público. Ora, se a eleição é problema que estará resolvido em breve — podendo Reagan, se eleito, voltar a defender a retirada do Estado da atividade econômica e social, como fez no início do seu mandato —, os gastos com defesa não serão reduzidos a curto nem talvez a médio prazo. Essa circunstância torna extremamente delicada a situação da economia mundial, dependente — desde que o dólar se tornou moeda-padrão internacional não mais conversível em ouro — das evoluções da economia norte-americana e, queiramos ou não, do comportamento do orçamento do governo norte-americano.

Esse fato é de consequências extremamente delicadas para os países devedores, que se vêem ante um cruel dilema: ou ceder aos impulsos da demagogia nacionalista e de-

cretar a moratória (arruinando a economia e levando de roldão a democracia), ou não decretar a moratória mas não ser capaz de gerar por esforço próprio os recursos destinados a pagar os juros da dívida (com iguais consequências).

Por isso é que avulta a importância da reunião que os chefes de Estado e de governo dos países industrializados realizarão em Londres na próxima semana. Eles deverão adotar providências de ordem política aptas a permitir que o comércio internacional continue fluindo livre das peias do protecionismo e capazes de dar aos países devedores o indispensável respiro, para que suas economias não sejam sacrificadas à irracionalidade dos que fazem dos Estados Unidos o bode expiatório de tudo. Tendo sempre presente, diga-se de passagem, que não existirá ordem econômica mundial sadia enquanto apenas um país detiver o poder de regular a moeda internacional ao sabor do seu mercado interno ou da intervenção estatal em diferentes setores da vida social.